

ENEGRECENDO SABERES: AUTOIDENTIFICAÇÃO RACIAL NA ESCOLA

Thiago Medeiros Fernandes¹

RESUMO

Este relato de experiência educacional repousa na construção da identidade negra na escola, bem como na aplicabilidade da Lei nº 10.639/03, fundamentada pelos estudos das relações raciais entre os discentes. Assim, a compreensão segue partindo da autoidentificação dos sujeitos diante da construção de narrativas pejorativas no que tange a cultura africana e afro-brasileira. O aporte metodológico está direcionado pelo traço da História Oral, utilizando técnicas de entrevistas temáticas, como a sistematização das oficinas interativas para trabalhar o campo teórico. A devolutiva das ações reverberou num debate caloroso sobre identificação racial na escola, bem como seus desdobramentos no combate ao racismo, junto com as entrevistas que proporcionou novos debates sobre discriminações raciais dentro do ambiente escolar.

Palavras-chave: identidade negra, escola, Lei nº 10.639/03.

1 INTRODUÇÃO

A centralidade deste projeto perpassou a Lei nº 10.639/03 na sua aplicabilidade na Educação Básica, os desafios de implementar a legislação que estão impregnados com o pertencimento histórico às culturas africanas e afro-brasileira nas escolas, assim como a problematização dos estigmas nos espaços formais e não formais.²

O campo da aplicabilidade do projeto contemplou o Centro de Educação Municipal Santa Rita, localizado no bairro Guabiraba, município de Maranguape/CE, instituição que está sob domínio da Secretaria Municipal de Maranguape e abrange a Base Comum Curricular de Maranguape – BCCM, como aporte instrumental na construção das aulas e projetos que envolvem os agentes educacionais.

Vale ressaltar que a instituição, escola, percorre uma rotina pedagógica de tempo integral, em que os discentes seguem uma carga horária diária de 8h/a, constituindo o currículo da Base Comum (obrigatório) e o currículo da Base Diversificada (componentes formativos). Partindo desta logística, o

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), professor de História do Centro de Educação Municipal Santa Rita, Maranguape/CE. kakohistoria@gmail.com

² A Lei nº 10.639/03 é uma modificação da Lei nº 9.394/96, no qual estabelece que nos ensinamentos fundamentais e médios, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. Vale salientar que a legislação sofre uma modificação acrescentando os povos indígenas, com a Lei nº 11.645/08. Contudo este presente projeto delimitou a pesquisa na legislação do marco histórico da Lei nº 10.639/03.³ A linguagem é um processo multiplicador do racismo enquanto instituição estrutural das sociedades modernas, representado pelo *racismo linguístico*, conforme Gabriel Nascimento (2019).

projeto estabeleceu uma estrutura de estudos direcionados para a construção do conhecimento à luz das demandas dos discentes sobre identidade racial na escola, assim, oportunizamos um debate assertivo.

Desta maneira, o objetivo repousa na qualificação assertiva da Lei nº 10.639/03, como aporte histórico no processo de ensino dos educandos, assim, a centralidade transborda na construção social da autoidentificação racial dos discentes, para assim, possibilitar o ensino pautado na diversidade étnico-racial.

Partindo da realidade estabelecida pela comunidade escolar, notamos o quanto foi pertinente aprofundar os estudos das relações raciais com a participação direta dos discentes. Pois, identificamos que a ausência de letramento racial demonstra como principais desafios para contemplar uma escola antirracista, ademais, presenciamos uma lacuna educacional no processo de autoidentificação racial na formação identitária dos sujeitos que estão envolvidos no sistema de aprendizagem.

Tais desafios ficaram explícitos na composição das memórias flutuantes que pairam no imaginário coletivo, como: brincadeiras pejorativas sobre identificação racial, narrativas absorvidas pelos ambientes externos e, sobretudo, microviolências que são estabelecidas no ambiente educacional.

A prática pedagógica estabelecida reuniu parâmetros para atender modificações da Lei nº 9.394/96, no qual trouxe arcabouço histórico para combater o racismo, intolerância religiosa e, sobretudo, discriminação racial, com a Lei nº 10.639/03, esta contempla uma recomendação assertiva para a cultura afro-brasileira.

Em consonância à legislação vigente e somado a importância de rever fraturas históricas na construção da identidade negra na sociedade brasileira – compreendemos *identidade negra* como fator histórico, linguístico e psicológico (Munanga, 2020). Com isso, identificamos urgência na criação de um sistema com práticas pedagógicas antirracistas que possibilitassem dialogar à luz da realidade racial dos discentes e, acima de tudo, com uma equidade racial distante dos escombros da sociedade racista.

Dito isto, a relevância da temática repousou na construção social do convívio entre os discentes, docentes, gestores e comunidade; na perspectiva de equidade racial no processo formativo dos educandos. Além disso, compreendemos que o processo formativo dos educandos está rodeado de rupturas históricas acerca da compreensão da identidade negra nos espaços de aprendizagens, como o lugar de múltiplos processos de ensino que contribuem na formação dos indivíduos.

Entendemos a importância de construir um debate assertivo para atingir uma equidade racial, para assim, desconstruir falácias que são disseminadas na sociedade, sobretudo, na sala de aula. Tais construções sociais estão vivas no imaginário coletivo dos educandos, como: narrativas pejorativas sobre a identidade negra, casos de intolerância religiosa e racismo.

À vista disso, percebemos o quanto discutir *raça* – compreendemos como fator ressignificado de movimentação política e social – partindo de um processo de formação social na construção do indivíduo na educação (Gomes, 2005). Então, há possibilidades de um pertencimento histórico na perspectiva da emancipação mental pela desconstrução da hegemonia eurocêntrica.

2 METODOLOGIA

Por meio da apropriação de uma abordagem qualitativa, em que é potencializado o campo de estudo a partir das experiências dos sujeitos e suas múltiplas compreensões na sociedade no ambiente escolar, conseguimos encontrar uma aproximação da realidade dos educandos com a equidade racial na escola (Minayo, 2010).

Desta maneira, correlacionando ensino e a aprendizagem, tal pensamento centralizou seu debate na questão racial escolar a fim de promover um processo de ensino significativo na descolonização dos saberes desenvolvidos no currículo educacional que, indescritivelmente, surge da praticidade do que é produzido na escola.

A base metodológica compreendeu o estudo polido da História Oral, no aprofundamento de entrevistas temáticas que direcionassem os(as) pesquisadores(as) para a qualificação dos dados coletados na identificação racial dos discentes da escola (Alberti, 2007). Esta estrutura compreendeu na valorização dos saberes adquiridos ao longo do processo das entrevistas coletivas que foram aplicadas nas turmas do Ensino Fundamental.

Nesta esteira, o projeto foi realizado por meio da observação participante na descrição qualitativa de práticas que corroboraram na construção identitária da produção da identidade racial. Contudo, os passos metodológicos tiveram como aplicabilidade: a) sensibilização da Lei nº 10.639/03; b) observação participante das práticas ativas educativas, interações sociais e consonâncias na formação dos paradigmas; e c) descrição dos dados coletados ao longo das oficinas de pesquisa na contínua interação dos sujeitos com a produção científica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões foram estabelecidas pelas oficinas interativas ao longo do ano letivo de 2024, compreendendo: a) ação de sensibilização escolar; b) reunião de sensibilização com os discentes; e c) construção do instrumental da oficina de pesquisa. Estas oficinas interativas foram bases teóricas para aplicação das entrevistas sobre identidade racial na escola.

3.1 Ação de sensibilização escolar

Partindo da construção de um conhecimento coletivo, certamente entendemos que a primeira ação para contemplar o projeto *Protagonismo Juvenil na escola pela ótica da racialidade*, no Centro de Educação Municipal Santa Rita, perpassou abrir o diálogo com docentes, gestores e equipe pedagógica.

Figura 1 – Sábado coletivo com os docentes



Fonte: Material produzido pela gestão escolar.

Então, conforme a imagem realizamos uma ação no dia 26 de fevereiro de 2024, considerando o planejamento coletivo, no qual abordamos um debate assertivo no que tange a questão racial, intitulado *A Lei nº 10.639/03 no Centro de Educação Municipal Santa Rita*. Com o apoio da gestão escolar, notadamente, com a logística do coordenador pedagógico Francisco Rafael Alves e o professor Thiago Medeiros Fernandes.

Neste caminhar, sensibilizamos os/as professores/as para a necessidade de aplicar o projeto na escola que, por meio do debate, percebemos a importância de enquadrar a sistemática do projeto na rotina anual do sistema de ensino. Assim, possibilitar um ensino que atravessasse à diversidade no processo formativo do educando. Tal ação reverberou relatos de natureza racial que, conseqüentemente, despertaram gatilhos individuais da *memória coletiva* dos/as professores/as – pelos estudos de Halbwachs (1990), logo, compreendemos a relevância pedagógica no currículo escolar no processo de formação.

Conforme Fernandes (2023, p. 134), “a memória coletiva contribui nessas distorções de identificação de ser e, por outro lado, como pode fornecer subsídios para um pertencimento histórico, considerando que a memória traz lapso residual do processo de silenciamento”. Desta maneira, o diálogo desta ação fomentou um debate pela raiz das estruturas da memória como mecanismo de (des)construção de narrativas oriundas da sociedade racista.

3.2 Reunião de sensibilização com os discentes

No dia 11 de abril de 2024, no período da manhã, iniciamos um encontro de sensibilização para aplicação da pesquisa de autoidentificação racial na escola. A priori o encontro foi direcionado para um estudo sobre a autoidentificação racial na Educação Básica, bem como a leitura coletiva do texto *Que cor é a minha cor? A autoidentificação racial das crianças na educação infantil*, da pesquisadora Tácia Regina da Silva (2017).

Figura 2 – Ação de sensibilização com os discentes



Fonte: Material produzido pelo professor

Conforme a imagem, utilizamos espaços escolares de livre acesso, com intuito de proporcionar um ambiente leve para a leitura e discussões da temática. Tal ação teve a participação direta dos alunos e alunas do 9º A do Centro de Educação Municipal Santa Rita. Este momento representou uma ação direta do projeto da escola, já que possibilitou um debate assertivo das perspectivas da racialidade que, por vezes, são silenciadas na educação.

No decorrer da atividade alguns alunos relataram o quanto essa pergunta inicial atravessou sua sensibilidade: “Que cor é a minha cor?”, então o debate foi encaminhado para situações corriqueiras do cotidiano escolar quando se trata de equidade racial. Para além disso, discutimos contextos históricos que estão diretamente interligados com a centralidade das tensionalizações sociais, como o racismo linguístico.³

Os encaminhamentos foram direcionados para a leitura do texto em casa, além dos discentes pensarem sobre possíveis perguntas para aplicar nas pesquisas com os colegas. Aprofundamos, também, critérios do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico – IBGE, na perspectiva da autoidentificação racial da população brasileira. Por tudo isso, percebemos o quanto este momento reforçou uma educação de conscientização histórica, no intuito de um ensino antirracista e, sobretudo, ancorado na diversidade.

3.3 Construção do instrumental da oficina de pesquisa

No dia 18 de abril de 2024, no período da manhã, iniciamos um encontro de construção de conhecimento do instrumental da pesquisa de campo, para aplicação da pesquisa de autoidentificação racial na escola. Em consonância com nossas atividades sobre equidade racial, participamos do *I Sarau Literário do Centro de Educação Santa Rita*, organizado pelo professor Antônio Vinêncio dos Santos Silva (professor de português), no Café com Arte, localizado no município de Maranguape/CE, em que os alunos do 9º ano declamaram poemas, notadamente de mulheres negras.

³ A linguagem é um processo multiplicador do racismo enquanto instituição estrutural das sociedades modernas, representado pelo *racismo linguístico*, conforme Gabriel Nascimento (2019).

Tal ação proporcionou um debate assertivo no contexto histórico das populações negras, bem como direcionou um caloroso debate sobre raça e gênero na perspectiva da História do Tempo Presente e sua reconstrução historiográfica do passado.

No decorrer da construção coletiva alguns alunos trouxeram suas contribuições do artigo trabalhado no último encontro, bem como debatemos sobre a construção das perguntas norteadoras para trabalhar na pesquisa de campo. Deste modo, em consenso com os discentes foi decidido trabalhar diretamente em dois grupos, o primeiro contemplaria turmas de 4º ano e 5º ano e o segundo ficou responsável pelos 6º ano e 7º ano.

Os encaminhamentos foram direcionados para o recolhimento das informações destas turmas e construção do material para ser usado na pesquisa de campo, assim como anotações necessárias desses dois grupos registrados no caderno. Então, entendemos o quanto momentos de aprendizagens afetivas possibilitam um processo de educação capaz de construir metodologias no percurso dos processos formativos do educador, da gestão, da comunidade e, sobretudo, do estudante.

Figura 3 - Ação do Sarau Literário no Café com Arte



Fonte: Material produzido pelo professor

Conforme a figura apresentada, de fato, podemos compreender o quanto momentos desta natureza agregam uma memória afetiva e cristaliza um aprendizado significativa à luz dos sujeitos diante das interações sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oficinas interativas foram arcabouços essenciais para qualificação teórica do projeto, como as entrevistas, nas quais, estabeleceram parâmetros para discutir como a identidade negra está sendo trabalhada na escola, bem como está sendo construído o imaginário dos discentes, nesta pesquisa identificamos inconsistências acerca da História Afro-brasileira. Muito embora a legislação vigente

determina tal ação prática, percebemos que fatores culturais e sociais cruzam uma sociedade que ainda está sobre os escombros históricos da escravidão mental.

As entrevistas obtiveram uma realidade desafiadora na identificação racial dos estudantes, pois percebemos que alguns alunos sentem receio de autoidentificação racial seguindo os critérios do IBGE e do Estatuto da Igualdade Racial (2010) – seja preto ou pardo. Logo, foi identificado fatores históricos que permeiam o espaço educacional como um distanciamento do ser negro na educação, contudo, tais hipóteses foram baseadas nas entrevistas diretas de formato coletivo, mostrando, assim, uma parcela dos desafios para combater falas racistas na escola, bem como ações de discriminação racial.

Por tudo isso, compreendemos que a escola carrega marcadores raciais que são silenciados pela estrutura de poder hegemônica, assim, precisamos incentivar uma prática pedagógica que leve a comunidade escolar ao conhecimento a partir das diferenças. Para além disso, necessitamos ser agenciadores de resistência, denúncia e, sobretudo, conscientização no ambiente escolar, pois “onde a consciência não chega, a obrigatoriedade da lei age” (Pinheiro, 2023, p. 82).

Desta maneira, a escola como espaço primordial na construção da formação cognitiva do educando, assume o papel de desmistificar a sistematização do racismo por meio de práticas antirracista que estejam ligadas ao processo de ensino, para, assim, alinhar com processo de racialização dos discentes. Partindo desse pertencimento histórico, chegaremos num espaço educacional pautado pela diversidade.

5 REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Disponível: [L10639](#) Acesso 09 de nov. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.228/2010**, Estatuto da Igualdade Racial, de 20 de julho de 2020. Disponível: [L12288](#) Acesso 11 de nov. de 2024.

FERNANDES, Thiago Medeiros. **História das organizações negras e da educação das relações étnico-raciais em Maranguape e no Ceará**. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, Culturas e Espacialidades, Fortaleza, 2023.

GOMES, Nilma Lino Gomes. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALBWCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.



MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. – 4. Ed. 2. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. – Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.